
ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE CÁCERES, MATO GROSSO: VOZES E INTERESSES DISSONANTES

EXPORT PROCESSING ZONE IN CÁCERES, MATO GROSSO: VOICES AND DISSONANT INTERESTS

ZONA DE TRATAMIENTO DE EXPORTACIONES DE CÁCERES, MATO GROSSO: VOCES E INTERESES DISONANTES

Yung Felipe Garcia¹

profyunggarcia@gmail.com

Aumeri Carlos Bampi²

profaumericarlosbampi@gmail.com

Carlos Alberto Franco da Silva³

carlosfds1963@gmail.com

Marisa Regina Kohler⁴

marisa.kohler@unemat.br

Almir Arantes⁵

almir.unemat@gmail.com

RESUMO:

A globalização impactou a industrialização brasileira redefinindo as formas de integração competitiva dos lugares. Neste estudo, a problemática se volta para a implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Cáceres (MT). O objetivo é investigar a proposta da ZPE como instrumento de política de desenvolvimento numa área do Pantanal. Metodologicamente se apoia em entrevistas junto à sociedade local. Detectou-se racionalidades em tensão: o vetor tecnointustrial versus o tecnoeco(lógico) de valorização socioambiental e alternativas produtivas comunitárias. Como resultados, os baixos indicadores socioeconômicos sustentam o discurso empresarial da ZPE; de outro, o projeto é cercado de polêmica em face dos interesses do

¹ Licenciado em Geografia pela UNESP - Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus Cáceres - Professor da rede estadual de ensino do estado de São Paulo.

² Filósofo, Especialista em Planejamento Educacional e Doutor em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Docente dos Programas de pós-graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) e Geografia (PPGEO) da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Dedicar-se a estudos socioambientais.

³ Possui graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1988), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997) e Pós-doutorado pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor titular da Universidade Federal Fluminense.

⁴ Doutora em Ciências Ambientais (UNEMAT); Possui Mestrado em Ciências Ambientais - Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Especialização em Bioética - Universidade Federal de Lavras - UFLA - MG; graduação em Ciências - Habilitação Biologia - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS; Docente efetiva da Educação Básica - SEDUC / MT, lotada na Escola Estadual Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - Vera/ MT.

⁵ Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina (1986), mestrado em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (1993) e doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2012). Atualmente é professor adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus Universitário de Sinop.

agronegócio, da qualificação laboral e do suporte logístico da hidrovia Paraguai-Paraná com prováveis impactos no rio Paraguai, no bioma e sobre as populações que vivem do e no Pantanal.

Palavras-chave: ZPE; Cáceres; Pantanal; Desenvolvimento local; Impactos socioambientais.

ABSTRACT:

Globalization impacted Brazilian industrialization, redefining the forms of competitive integration of places. In this study, the problem turns to the implementation of the Export Processing Zone (EPZ) in Cáceres (MT). The objective is to investigate the proposal of the EPZ as an instrument of development policy in an area of the Pantanal. Methodologically, it relies on interviews with local society. Rationalities in tension were detected: the techno-industrial vector versus the techno-ecological vector of socio-environmental valuation and community productive alternatives. As a result, low socioeconomic indicators support the business discourse of the EPZ; on the other hand, the project is surrounded by controversy facing the agribusiness interests, labor qualification and logistical support of the Paraguay-Paraná waterway with probable impacts on the Paraguay River, the biome and on the populations that live by and in the Pantanal.

Keywords: EPZ; Cáceres, Pantanal, Local development; Socio-environmental impacts.

RESUMEN:

La globalización impactó la industrialización brasileña, redefiniendo las formas de integración competitiva de los lugares. En este estudio, el problema gira en torno a la implementación de la Zona Franca Industrial en Cáceres (MT). El objetivo es investigar la propuesta como instrumento de política de desarrollo en una zona del Pantanal. Metodológicamente, se basa en entrevistas con la sociedad local. Se detectaron racionalidades en tensión: el vector tecno-industrial versus el tecno-eco(lógico) de valoración socioambiental y que anuncia alternativas productivas comunitarias. Como resultado, bajos indicadores socioeconómicos sustentan el discurso empresarial de la ZPE; por otro lado, el proyecto está rodeado de polémica frente a los intereses de la agroindustria, la calificación laboral y el apoyo logístico a la vía fluvial Paraguay-Paraná, con probables impactos sobre el río Paraguay, el bioma y las poblaciones que viven del y en el Pantanal.

Palabras clave: ZPE; Cáceres; Pantanal; Desarrollo local; impactos socioambientales.

INTRODUÇÃO

No final da década de 1980, o Estado brasileiro ratificou a política territorial de implantação de Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) em áreas periféricas do país, como uma alternativa à integração competitiva brasileira na globalização neoliberal em curso. A tendência espacial dos conglomerados internacionais, de acionarem fatores locais para inversões produtivas, articuladas à base de recursos regionais, tem sido expressa em nova divisão territorial do trabalho em escala planetária.

A justificativa midiática da ZPE é a promoção do desenvolvimento regional por meio do recurso da extraterritorialidade. Trata-se de um instrumento de política territorial em que o Estado privilegia certas áreas do país, ao oferecer vantagens locais e

jurisdição própria para as empresas que decidirem investir na ZPE (SILVA, 1993). Em outras palavras, isto corresponderia à criação de um território aduaneiro em que poderíamos incorporar as Zonas Francas. De fato, a ZPE agrega o distrito industrial em uma lógica de zona de livre comércio.

Assim, não há garantias de integração da ZPE no tecido produtivo regional, pois as relações com a localidade hospedeira podem se limitar ao aspecto econômico-produtivo e agravar a situação social e ambiental dos sistemas ecológico-culturais tradicionais. Em suma, a ZPE é um território com gestão própria, globalizado e dentro do país, para fins de integração produtiva nos mercados nacionais e internacionais. A extraterritorialidade repousa, portanto, no ideário neoliberal de constituição de territórios corporativos livres de influências políticas democráticas e de empecilhos jurídicos-legais para a reprodução do capital. Para tanto, cabe ao Estado o uso de recursos públicos [vantagens fiscais-alfandegárias e infraestrutura logística] na viabilização do projeto da ZPE.

A ZPE é uma forma direcionada de gestão territorial, já que atende aos interesses envolvidos no processo de reestruturação e globalização produtiva. É também anunciada como alternativa para a gestão dos conflitos de classe, já que consiste na manutenção e sustentação de interesses de grupos oligárquicos nesta época de crise de acumulação do capital pelas corporações que buscam destituir os direitos trabalhistas (TELES, 2015; BRALO, 2019). Vale ressaltar que algumas frações do capital mercantil regional poderão se beneficiar como, por exemplo, o capital imobiliário, por meio da especulação fundiária urbana e rural em torno da ZPE, além de grandes produtores fornecedores de matéria-prima e empresas ligados ao comércio internacional. Enfim, a ZPE representa uma face nova de velha modernização excludente e conservadora do território brasileiro.

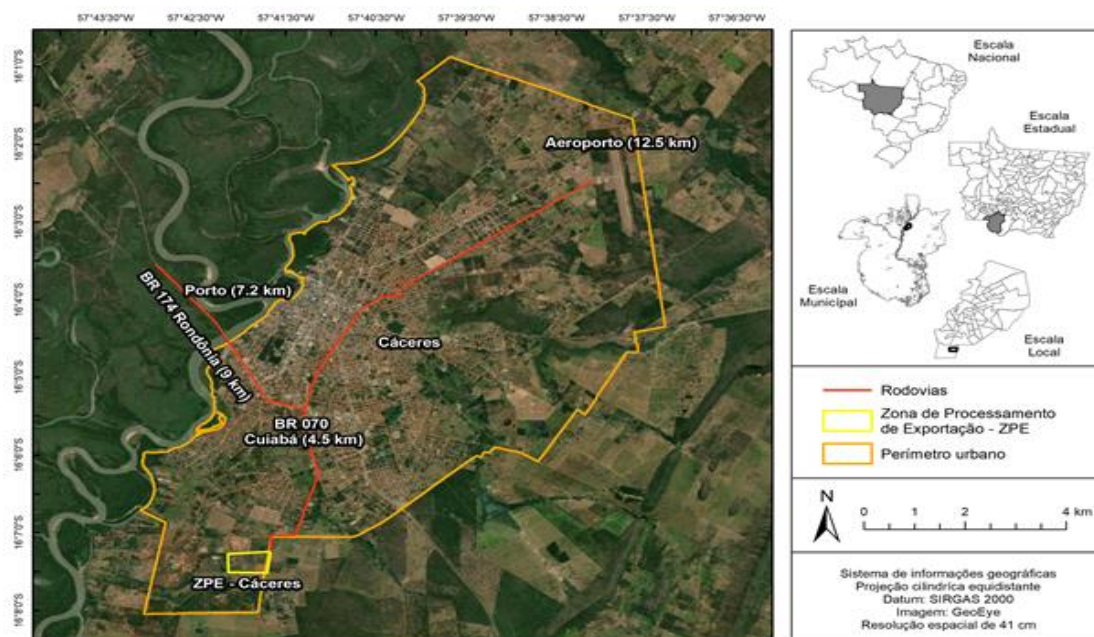
Depois de quase esquecida, a proposta brasileira de ZPE retornou ao debate no século XXI. A construção do Complexo Industrial-Portuário de Pecém abriu caminho para a abertura da ZPE do Ceará em 2010 (TELES, 2015; BRALO, 2019). É a única ZPE em funcionamento no Brasil. A partir daí surgiu a proposta de abertura da ZPE do Acre em Senador Guiomard. Em janeiro de 2021, o governo do Acre recebeu autorização federal para a venda da ZPE para investimentos empresariais.

No bojo dessas iniciativas, em 2016 o projeto de implantação da ZPE de Cáceres (MT) foi retomado juntamente com o projeto do Porto Fluvial de Cáceres (Porto Barranco Vermelho) e o transporte aquaviário. A ideia é articular o agronegócio mato-grossense

juntamente com a ZPE e o terminal portuário com a logística da Hidrovia do Paraguai-Paraná (HPP). A retomada das obras da ZPE, em 2020, requereu a avaliação das estratégias corporativas e do potencial de impactos socioambientais, a despeito do licenciamento ambiental já aprovado para a zona de processamento.

Assim, é nesse campo de forças sociopolíticas em tensão e com interesses e poderes assimétricos que se situa o objeto de estudo. A ZPE de Mato Grosso está projetada para a cidade de Cáceres, ou seja, em área do Pantanal⁶ (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização do município de Cáceres: cidade e ZPE



Elaboração: Thales Lima, 2021.

A localização é considerada estratégica, visto que está posicionada ao lado de principais rodovias de integração com a Amazônia e Centro-Sul brasileiro e do rio Paraguai, via hidroviária de articulação mercantil Sul-americana. A ZPE se inscreve no espaço urbano de Cáceres, o que possibilita acesso à mão de obra, serviços e infraestrutura logística.

A partir dos requisitos de uma geografia política da localização da ZPE de Cáceres, o objetivo central do estudo é analisar as diferentes racionalidades a respeito do

⁶ Segundo Silva (1995), o Pantanal é considerado uma das maiores áreas úmidas continentais (áreas alagáveis) do mundo e constitui um espaço de imensa riqueza e diversidade biológica e cultural. Sua área compreende no Brasil, parte dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e estende-se à Bolívia e ao Paraguai. Anualmente um ciclo de inundações impulsiona a renovação da fauna e flora, assim como a vida dos pantaneiros que depende sensivelmente do pulso das águas.

empreendimento em curso. A argumentação analítica reside em três suportes complementares: origem do processo de implantação da ZPE, identificação dos atores em tensão e, por fim, a revelação das diferentes vozes e suas interpretações sobre a política territorial anunciada pelo governo de Mato Grosso.

A partir dos suportes analíticos, e sem desprezar a espacialidade socioprodutiva e ambiental do município/cidade, o estudo se justifica não só como recurso ao diagnóstico socioprodutivo da ZPE, mas também como projeção de impactos socioambientais por meio das vozes de pessoas e comunidades que poderão ser diretamente afetadas. A perspectiva de interesses assimétricos constitui o escopo político da análise em tela.

Desse modo, para fins de metodologia e estrutura, o artigo se divide em duas partes: a primeira trata ZPE como política territorial nos termos da acumulação neoliberal de capital. Em seguida, um recorte histórico da ZPE se faz necessário de modo a situar a proposta de Cáceres no contexto de uma política territorial do Estado brasileiro. A partir dessas análises, a segunda parte do estudo se volta para as diferentes racionalidades inscritas no discurso dos atores-comunidades na rota na ZPE e na defesa promovida por particulares e entes públicos (prefeitura e governo estadual) da necessidade do desenvolvimento local/regional via industrialização.

É nesse momento que se desvelam as assimetrias entre o projeto de implantação da ZPE e as diferentes percepções dos membros da sociedade local, visto que há aquelas que se manifestam com antagonismo e ceticismo e propõem modelo alternativo de desenvolvimento que potencialize atividades tradicionais e garanta a preservação do bioma do Pantanal. Em outras palavras, observa-se uma tensão entre a racionalidade do vetor tecnoindustrial de defesa da ZPE sem maiores compromissos socioambientais e a racionalidade do vetor tecnoeco(lógico) que sinaliza para a sustentabilidade ambiental e alternativas socioprodutivas negligenciadas pelo poder público. O vetor de acumulação tecnoeco(lógico) resulta dos requisitos da acumulação capital sob o ideário do desenvolvimento ambiental sustentável em contraposição ao vetor tecnoindustrial-financeiro responsável por profundos impactos socioambientais no território brasileiro, conforme sinaliza Becker (2010).

A operacionalização da pesquisa ocorreu entre 2017 e 2021. Os trabalhos envolveram pesquisa documental por meio de acesso a fontes diversas, a fim de contato com o tema da ZPE no Brasil e no mundo. A segunda fase foi desenvolvida a partir da

busca de matérias na imprensa local cacerense e do estado de Mato Grosso, bem como documentos em sítios web oficiais (Prefeitura Municipal de Cáceres e do Governo do Estado de Mato Grosso) que versavam sobre o tema. A movimentação política ao empreendimento foi investigada desde 1988.

Desde o processo inicial de investigação, observou-se a polêmica entre uma lógica tecnoindustrial de implantação da ZPE e uma percepção tecnoeco(lógica) antagônica aos interesses corporativos do empreendimento industrial. A *r-existência* ecológico-cultural defende tradições pantaneiras como o ribeirão, o pescador, o turismo de contemplação, fauna e flora e o rio Paraguai, e os investimentos sociais e comunitários que busquem preservação da sociobiodiversidade. Em especial, esse movimento ganhou força a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro (Rio 92 ou Eco 92), e nas décadas seguintes. Em efeito, inseriu-se a pauta ambiental às formas diversas de empreendimentos econômicos, conforme lembra a geógrafa Berta Becker (2004).

A terceira fase da pesquisa ocorreu por meio de entrevistas com sujeitos envolvidos na implantação ou a serem impactados. Dentre os membros locais, destaca-se um engenheiro civil diretamente articulado à promoção da ZPE e que também participou como interlocutor da investigação. Outra personagem de destaque profissional entrevistada foi uma ambientalista residente em Cáceres. Definidas as entrevistas, o estudo se voltou para a análise das diferentes percepções relativas ao projeto de ZPE por meio da técnica *snowball sampling*⁷ (bola de neve) e da participação de outros membros selecionados na comunidade local.

No total, foram entrevistados 22 membros da população local. Além disso, foram ouvidos secretários do executivo municipal, membros de instituições de ensino superior local (pública e privada), membros de instâncias governamentais externas com atuação local (Marinha do Brasil, Secretários do estado de Mato Grosso), representantes do setor comercial e industrial local, representantes de pescadores profissionais, profissionais liberais (advogados, engenheiros), produtores rurais, professores e cidadãos, de modo a conhecer

⁷ A técnica *snowball sampling* é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais cujos participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam outros participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à investigação. Portanto, a *snowball* (“Bola de Neve”) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede (BALDIN & MUNHOZ, 2011, p. 332).

os diversos pontos de vista sobre a ZPE no tocante às perspectivas e efeitos. Para fins de normas éticas, foi guardado o anonimato dos personagens, apenas são apresentadas suas falas.

A ZPE COMO POLÍTICA TERRITORIAL NA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL BRASILEIRA

A ZPE teve sua origem na Irlanda no ano de 1959 por iniciativa de seu governo. O objetivo era incentivar o desenvolvimento industrial do país, estimular a transferência de tecnologia e diversificar produtos para fins de geração de empregos e aumento da renda e diminuição da emigração que se apresentava em um crescente (RYAN, 2002).

No Brasil, as ZPEs surgiram como proposta política territorial durante o governo do então Presidente da República José Sarney (1985-1990), por intermédio do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988 (BRASIL, 1988) que dispõe sobre os regimes cambiais, tributários e administrativos da ZPE. A partir da publicação do Decreto-Lei supracitado, as ZPEs começaram a tomar forma de projetos espalhados por diferentes regiões do país. Algumas ainda não saíram do papel, enquanto outras estão em processo de execução em diferentes estágios. À época, a experiência dos chamados Tigres Asiáticos (Cingapura, Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan) na criação de plataformas de exportação serviu de modelo para a proposta brasileira de ZPE.

De acordo com a Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação (ABRAZPE, 2016), a ZPE pode contribuir para a inserção de uma região ou país no mercado econômico e produtivo global a partir da instalação de atividades industriais. O modelo ZPE permite ainda que seja repensado o conceito de territorialidade, visto que existe uma determinada área limitada e uma relação de poder assimétrica entre as forças econômicas internacionais das grandes corporações e a mão de obra local a ser empregada. Segundo a ABRAZPE, basicamente, são dois os motivos que explicam o fato de muitas das ZPEs brasileiras não terem sequer saído do papel. O primeiro é o temor por parte do Governo Federal de perda de arrecadação devido aos incentivos fiscais concedidos. O segundo motivo parte do medo da indústria nacional com a concorrência, uma vez que a inserção tecnológica internacional mais avançada criaria problemas à produção nacional já estabelecida.

É interessante frisar que a ZPE brasileira criada na forma de Decreto-Lei no final dos anos 1980 é contemporânea à formação do bloco econômico MERCOSUL em 1991, por meio do Tratado de Assunção. A integração econômica por intermédio de uma política comercial entre os países membros do bloco (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) tornou-se prioridade. O MERCOSUL buscava uma integração entre seus membros com auxílio de união aduaneira. Já o modelo adotado pela ZPE visava à abertura econômica e comercial ao mercado externo sem levar em conta a Tarifa Externa Comum (TEC) exigida pelos países-membros do MERCOSUL. Assim sendo, incompatível com políticas comerciais prioritárias do país, o desenvolvimento das ZPEs no Brasil ficou relegado a segundo plano.

De acordo com Lins e Amorim (2016), a conjuntura nacional não favoreceu a instalação das ZPEs, pois, na década de 1990, o país passava por crises econômicas e políticas. O governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) buscava medidas de combate à inflação, dentro de um ambiente que não favorecia a estabilidade financeira e tranquilidade do mundo dos negócios. A ZPE deveria criar condições que pudessem atrair empresários capazes de investir no novo parque industrial a ser criado. O combate à hiperinflação, presente no início da década de 1990, começou a surtir efeito quando, após o processo de *impeachment* do Presidente da República Fernando Collor de Mello (concluído em 30 de dez. de 1992), ascendeu ao comando do governo federal o vice-presidente Itamar Franco (1992 – 1995), que criou (em 1994) o Plano Real. Desse modo, o câmbio não favoreceu a exportação, porque havia uma equivalência entre real e o dólar e valorização da moeda nacional. Assim, a exportação em dólar via ZPE tornou-se desestimulante trazendo paralisia às propostas em curso.

Para os autores supracitados, a pouca disposição do governo federal à época também contribuiu para certo abandono da ideia do desenvolvimento via ZPE. O então Ministro do Planejamento e Orçamento (1995-1996), José Serra, mostrou-se pouco entusiasmado com o projeto. Embora em algumas ZPEs ocorressem obras e intervenções necessárias à sua implementação, o alfandegamento que competia à esfera federal jamais se concretizou, levando-as à estagnação e dificultando seu desenvolvimento.

Em governos posteriores, a ZPE perdeu sua relevância. Além disso, o preço alto das *commodities* e o subsídio à produção agrícola, através da lei Kandir – Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (BRASIL, 1996), que isentava do ICMS as mercadorias

primárias exportadas, garantiram o impulso a um grande volume de *commodities*. Dessa maneira, manteve-se a centralidade da balança comercial em produtos primários, em especial nos estados que possuíam suas economias baseadas no agronegócio, sobretudo o de Mato Grosso.

Em artigo publicado na revista “Conjuntura Econômica”, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), intitulado *A reinvenção da ZPE*, Iaquinto (2012, p. 55) destaca alguns pontos questionáveis sobre a eficácia de uma ZPE como, por exemplo, o fato de que sua criação “pode atrasar o processo de liberalização e atenuar a pressão por reformas tarifárias”. Por seu turno, para Rodrigues *et al.* (2006), muitas críticas recaem sobre o modelo de uma ZPE, como os possíveis baixos salários pagos à mão de obra e o descaso com o meio ambiente. Em um bioma sensível como o Pantanal, os impactos decorrentes da ZPE de Cáceres podem ser irreversíveis se não houver política de sustentabilidade ambiental.

A ZPE DE CÁCERES E A REALIDADE SOCIOESPACIAL

O surgimento do ideário para implantar uma ZPE de Cáceres remonta ao ano de 1988. Na ocasião, foi constituída uma Comissão Pró-ZPE, fruto de mobilização política e do interesse do poder público local por meio da Prefeitura Municipal, sob o governo do prefeito Antônio Fontes. A partir daí, foi nomeada uma comissão de representantes que buscou subsídios que justificassem a criação da ZPE. No mesmo ano, surgiram os amparos legais, Decreto nº 99.043/1990 (BRASIL, 1990), capazes de criar condições para que o projeto pudesse sair do anseio de alguns e começar a se tornar realidade.

No atual momento, a ZPE de Cáceres está sendo projetada em uma relação direta com o agronegócio de carne e de grãos, que viriam de regiões próximas e produtoras no estado, ou mesmo de locais do município (pecuária) e entorno que fizessem conversão de terra para a agricultura. Nesse caso, o desenvolvimento dependerá da capacidade de transformação da matéria-prima a ser processada em futuras plantas agroindustriais. A proposta é que a produção industrial estimule o agronegócio regional.

Segundo os Estudos dos Impactos Ambientais (EIA) da ZPE, a sua implantação e o funcionamento de atividades industriais (a partir de Cáceres) poderiam contribuir para uma maior diversificação econômica do município e iniciar um desenvolvimento industrial capaz de impactar não somente o município, mas também a economia do sudoeste mato-

grossense. As economias estagnadas do entorno de Cáceres poderiam ser estimuladas por meio dos efeitos indiretos da ZPE e, conseqüentemente, reduzir a dependência em relação às atividades agropecuárias que permeia todos os municípios e cidades da região (MATO GROSSO, 1993).

Obviamente que as respostas econômicas dependerão das atividades a serem desenvolvidas no distrito industrial, considerando que poderá haver necessidade de mão de obra específica, bem como destino comercial da produção.

Outro elemento que merece ser tratado é referente à mão de obra local. Questiona-se se ela estaria apta às funções que possivelmente serão necessárias na ZPE. Haverá necessidade de buscar mão de obra de outras regiões do país ou do estado, situação que pouco contribuiria aos munícipes residentes? Pouco se menciona se haveria processo de qualificação de mão de obra local e quais as áreas principais de qualificação necessária.

Em relação à questão da formação técnica e superior, a cidade conta com uma universidade pública, a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) e a instituição privada Faculdade do Pantanal (FAPAN – Grupo Educacional Athenas – adquirida pelo Grupo YDUQS), além de outras instituições que oferecem cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* à distância. Existe uma oferta diversa de cursos superiores públicos e privados presenciais. A cidade conta ainda com pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Ambientais, dentre outras; possui cursos técnicos em agroindústria, agropecuária, florestas, em redes de computadores e desenvolvimento de sistemas.

Quanto ao aspecto qualificativo-formativo, observa-se que seria necessário um fortalecimento de ofertas educativas direcionadas às possíveis atividades laborais na ZPE, ou mesmo da oferta a um direcionamento agroindustrial, tanto no ensino técnico quanto superior, e voltado às questões de legislação internacional referente aos assuntos contratuais de trabalhadores, além das relacionadas ao livre comércio e tarifas especiais.

No que se refere à educação básica, a taxa de alfabetização do município é de 97,8%. Contudo, observando os índices referentes à etapa final da Educação Básica, há uma situação preocupante, uma vez que menos da metade dos estudantes até 20 anos de idade terminou o ensino médio, o que pode comprometer sua formação profissional e preparação técnica para o trabalho (IBGE, 2019), em especial em um conjunto de atividades que envolve tecnologia avançada de produção de larga escala.

No aspecto regional, também há um cenário em relação à questão da qualificação e empregabilidade que precisa de modificações substanciais, pois a região é composta de pequenas cidades com médio crescimento econômico, que desenvolvem atividades de pecuária extensiva de corte. Em escala regional, há a presença da pecuária leiteira com base na atividade da agricultura familiar caracterizada por um contingente de baixa escolaridade – nível técnico.

A falta de qualificação, portanto, é um ponto a ser analisado e trabalhado porque sua ausência contribui para a migração de trabalhadores e compromete a infraestrutura local, ainda não satisfatória frente às necessidades de desenvolvimento humano local e regional. Em relação específica à cidade de Cáceres, outro problema enfrentado pela população é o déficit em saneamento básico e abastecimento hídrico. Segundo dados do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB), que tem cadastrado 57,6% da população brasileira, em 2012 apenas 5,12% da população local possuía domicílio com rede de esgoto. Sobre o acesso à água tratada, os números mostram dados preocupantes. Em Cáceres, 42,38% dos habitantes não dispõem desse benefício (PMSB, 2015).

A respeito da disponibilidade hídrica do município, é importante pensar no fornecimento de água às empresas que se instalarem na ZPE. Que destino será dado aos efluentes oriundos das atividades industriais, uma vez que, na atualidade, grande parte do esgotamento sanitário da cidade é despejada *in natura* no rio Paraguai? Há o risco da degradação ambiental e da perda de harmonia entre o bioma e as populações ribeirinhas, sobretudo do rio Paraguai.

Nesse sentido, o rio Paraguai, importante elemento da paisagem por fornecer recursos vitais a diversas comunidades, via navegável, requer boa gestão ambiental de sua bacia hidrográfica. Caso ocorra o desenvolvimento industrial local da ZPE, poderão ser gerados diversos impactos ambientais (emissão de efluentes, alteração no curso do rio, retirada de água, entre outros procedimentos) de modo a prejudicar atividades essenciais, como o turismo e a pesca, responsáveis por trabalho, renda e vida de muitos habitantes locais.

A pesca é uma importante atividade para os habitantes locais, quer comercial quer de subsistência. Atividades econômicas potencialmente poluentes e degradadoras poderão afetar toda a cadeia produtiva e os pescadores locais. Para muitos, o rio Paraguai é a principal ou única fonte de renda, bem como as atividades turísticas. Nesse sentido, há um

comitê de Bacias Hidrográficas instalado que necessita de atuação permanente, de forma a constituir um acompanhamento e governança ambiental participativa comunitária juntamente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Ministério Público do Estado do Mato Grosso, Ministério Público Federal, Agência Nacional das Águas e Marinha do Brasil.

A implantação da ZPE de Cáceres poderá gerar uma movimentação de grande volume de mercadorias, que por sua vez necessitará de sistemas eficientes de transportes que possam reduzir custos e tornar a produção mais competitiva, favorecendo o comércio de exportação. Dessa forma, ganha importância o projeto da hidrovia Paraguai-Paraná, que tem em Cáceres o início de seu trecho.

Ao longo de décadas, o projeto da ZPE e o uso da HPP enquadram-se no contexto do discurso político desenvolvimentista da classe hegemônica cacerense e estadual. O uso da HPP aparece como fator de integração comercial entre países da América do Sul e requisito logístico essencial ao escoamento de grãos em Mato Grosso e viabilidade da ZPE. A reativação do porto de Cáceres é considerada peça-chave da logística dos produtos da ZPE.

As obras de consolidação da hidrovia sinalizam para impactos sobre o bioma pantaneiro:

A realização dessas obras implicará grandes modificações no leito do Rio Paraguai (principal rio do Pantanal, responsável pelas inundações periódicas que fazem da região a maior planície alagada do planeta), diminuindo as áreas alagadas do Pantanal e do Chaco. A dragagem do leito desse rio significa aumentar sua vazão e velocidade, diminuindo a quantidade de água estocada na planície pantaneira. O resultado disso seria a destruição de refúgios onde vivem milhares de espécies de animais e plantas. Além disso, a intensificação da navegação aumentará a contaminação da água, diminuindo o potencial pesqueiro, o que, conseqüentemente, afetará a economia e o modo de vida das comunidades de pescadores (OLIVEIRA, 2002, p. 59).

Por ser objeto de muita discussão, a ZPE é defendida pelos setores econômicos da agricultura comercial e da pecuária de corte e pelo setor público municipal e pelo governo do estado de Mato Grosso como alternativa rumo ao desenvolvimento socioeconômico do município, o qual destinou (em 2017) um montante de 30 milhões de reais para investimento na infraestrutura requisitada para a ZPE. A liquidação de recursos ocorreu na primeira gestão do governador do estado Mauro Mendes, iniciado em 2019. O recurso

destinado em 2017 contemplava apenas a instalação predial administrativa. Em 2020 iniciou-se nova fase de investimentos de modo a destinar espaço à instalação das empresas.

DIFERENTES RACIONALIDADES ACERCA DOS INTERESSES DA ZPE DE CÁCERES: VOZES DISSONANTES

O projeto de implantação da ZPE de Cáceres tem levantado vozes dissonantes de atores com racionalidades distintas e interesses nem sempre consensuais. Assim, nesta etapa do estudo, desvelam-se distintos discursos em tensão.

O grupo favorável ao empreendimento alinhado à proposta é composto por uma rede política formada por empresários, produtores rurais, membros do executivo municipal, assim como profissionais liberais e membros do executivo estadual. É possível observar em suas afirmações, no tocante ao surgimento e desenvolvimento da ideia e do empreendimento ZPE, que ela faz parte de uma teia (trama) de relações políticas, envolvendo operadores locais do capital. Há agentes sociais com poder econômico que se beneficiam do modelo de desenvolvimento existente e, ao mesmo tempo, destacam-se atores do agronegócio da pecuária e empresários que possuem também a perspectiva do desenvolvimento local e regional da cadeia de grãos (em especial a soja e milho), algodão e madeira e visam ao processo de agroindustrialização de modo a agregar valor às mercadorias locais que seriam canalizadas via transporte pela HPP.

Para um engenheiro local, idealizador da ZPE e um dos fundadores da Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Cáceres (AZPEC), a ZPE poderá oferecer inúmeros benefícios aos cidadãos e ao município, visto que pode gerar novos empregos e renda, além de intensificar o movimento econômico na cidade:

Considerando que as ZPEs são o instrumento mais utilizado no mundo para promover atração de investimentos voltados para as exportações, capaz de colocar as empresas nacionais em igualdade de condições com a concorrência internacional, além de gerar empregos, promove o desenvolvimento regional a partir dos insumos existentes; estimula novas áreas de pesquisas e difunde novas tecnologias. É extremamente importante, apesar de várias críticas de “especialistas”, que ainda não perceberam que este é um processo que não se encerra em si mesmo, e ninguém apresentou até agora qualquer ideia ou instrumento com tal perfil (Engenheiro, 2016).

Na visão de um produtor rural pecuarista, a ZPE é importante porque poderá agregar valor às matérias-primas locais. Na entrevista realizada, ressalta-se o discurso, a saber: *“Teremos a opção de agregar valor à produção. A região já sofre demais só exportando coisas*

primárias. É preciso industrializar. Sem isso a pobreza vai continuar em nossa cidade” (Produtor rural pecuarista, 2017). Um empresário da área de máquinas agrícolas e dedicado à inserção da produção de soja na região também concorda com o empreendimento e manifesta seu pensamento:

É só observar as distintas regiões do estado de Mato Grosso. Quem não se conectou às cadeias de produção mundial e não se modernizou não se desenvolveu. É preciso industrializar aqui. Também é necessário considerar que a soja será uma realidade em Cáceres e região. Veremos uma cadeia importante de grãos em nossa região. Isso vai modernizar a economia local, movimentar negócios, vai fazer a roda da economia girar com vendas de produtos e serviços. Serão gerados empregos, novas empresas, mais serviços que irão aumentar a capacidade econômica do município e, juntamente, com isto outros negócios serão abertos. É um caminho sem volta para o crescimento. A ZPE será este elo com a produção mundial (Empresário do setor de máquinas agrícolas, 2017).

Para um secretário do executivo municipal cacerense, a questão da ZPE e da HPP se articula, pois uma precisará da outra. Acrescenta ainda que os dois empreendimentos poderão interferir no acréscimo do orçamento municipal, além da geração de emprego e renda na cidade de forma a potencializar a oferta de serviços aos cidadãos locais.

A cidade precisa dos dois empreendimentos. Tanto a ZPE quanto a HPP são empreendimentos que serão o motor de um novo impulso de desenvolvimento da cidade e região, assim como foi na abertura da região na década de 1970. Não se pode perder a oportunidade, ainda mais porque há a previsão de ajudar na empregabilidade das pessoas da cidade, gerar renda, desenvolver novos negócios que ajudem o município também em seu orçamento. A prefeitura precisa prestar serviços à sociedade e sem dinheiro não se faz nada. Aqui tem carne, madeira, milho e a soja que está com a produção inicial. São produtos que podem ser transformados em mercadorias de exportação (Secretário Municipal do poder executivo local, 2017).

Na fala do Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso, no lançamento das obras da estrutura administrativa da ZPE em 2017, *“o potencial econômico a partir das matérias-primas existentes é imenso; há logística e há energia barata se for construído um ramal do gasoduto Brasil-Bolívia até a ZPE, uma vez que o gasoduto atravessa o município de Cáceres”*. Durante o mesmo evento foi possível registrar no discurso do prefeito local que estimava que um conjunto de indústrias poderá gerar pelo menos cinco mil empregos diretos.

Observa-se que, para os que se manifestam favoravelmente à ZPE, poderá haver um aproveitamento da existente e forte atividade pecuária regional; do setor de base florestal, a partir de plantios de teca (*Tectona grandis*), instalado na região; e da agricultura

comercial em escala industrial de parte do estado de Mato Grosso, com o objetivo de desenvolver a agroindústria. A relevância se justifica pela agregação de valor à produção, empregabilidade e renda aos trabalhadores. A despeito da afirmação genérica, ainda não foram expostas as plantas agroindustriais projetadas, como questiona um representante do legislativo local:

Falam tanto da ZPE que a população acredita que os empregos já existem, mas sequer existem propostas de plantas industriais. Se há, a prefeitura não fornece informações. Há gente vindo de fora da cidade porque imagina encontrar emprego. Vem gente até da Bolívia. Outra questão é que os outros projetos de ZPE pelo Brasil sequer deram certo, mesmo possuindo logística e apoio de infraestrutura. Feitas as obras, nenhuma empresa apareceu (Vereador do Município de Cáceres, 2017).

Na outra ponta dos discursos e racionalidades, situam-se os atores menos otimistas – grupo composto por moradores locais, ambientalistas, pescadores, ribeirinhos, professores universitários, trabalhadores do turismo de contemplação, organizações não governamentais (ONGs) e alguns políticos locais, numa rede política visivelmente constituída por esses atores; para todos eles, os efeitos dos processos industriais previstos podem ser desastrosos e irreversíveis quando funcionar a articulação ZPE, porto e hidrovía.

Para um professor de uma universidade pública local, há um superdimensionamento discursivo sobre o que pode ser a ZPE e uma perspectiva por parte de um grupo de empresários e políticos locais excessivamente otimista, que não analisa uma série de fatores e falseia a realidade para a população. Segundo o professor:

A proposta da ZPE de Cáceres precisa ter bases reais. A logística é um ponto positivo, mas não suficiente, pois há projetos, no Brasil, que estão ao lado de portos internacionais e que não vingaram. Há necessidade de energia, há necessidade de produtos a serem transformados, há necessidade de base tecnológica e qualificação dos trabalhadores. Também é preciso considerar que a possibilidade de empregabilidade na questão industrial atual é baixa em virtude da alta automação. Poderá ser um parque industrial muito automatizado e, portanto, a perspectiva de empregabilidade pode não ser alta. Assim, há uma série de elementos a considerar. Claro que é possível que haja desenvolvimento de um distrito industrial local, com certa influência regional, mas considerá-lo como uma zona de processamento nacional ou mundial, hoje é muito improvável. É preciso ter mais transparência no projeto e mais realismo. Além disso, muitas outras implicações sociais e ambientais poderão ocorrer, pois estamos no Pantanal, há um bioma frágil, populações tradicionais no entorno que dependem do rio Paraguai. Se a ZPE for implantada, assim como a HPP, sem os cuidados ambientais haverá implicações graves. Se a hidrovía entrar em funcionamento sem levar em conta as características do ciclo hidrológico do Pantanal muitos problemas de desequilíbrio ambiental irão ocorrer e muitas pessoas e comunidades serão afetadas (Professor universitário, 2017).

Segundo o docente entrevistado, uma vez em funcionamento, a ZPE poderá gerar impactos ao bioma local e afetar a sobrevivência de populações dependentes do rio Paraguai, caso o escoamento de sua produção utilize a Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP), sem que sejam levadas em consideração a legislação atinente às questões ambientais e as peculiaridades desta imensa área úmida. Desse modo, a instalação da ZPE pode comprometer seriamente os recursos naturais locais do frágil bioma pantaneiro e suas populações.

Ademais, diversos membros da comunidade local ligados ao movimento ambientalista local explicitam que é necessário saber quais e como serão desenvolvidas as atividades industriais e seus prováveis efeitos sociais, econômicos e ambientais. Explicitam que a forma de inserção do empreendimento na cidade nasce de um modo de relação sociedade/natureza que é fruto de uma política neoliberal, cujo mercado surge da necessidade criada para atender os anseios do mundo globalizado e não das populações locais porque, se assim o fosse, o turismo e a agricultura familiar seriam fortalecidos, da mesma forma uma série de pequenos empreendimentos a fim de fomentar o desenvolvimento do território para as populações tradicionais.

Isso aí é mais uma obra para poucos usufruírem dos recursos públicos. Por que não investem no turismo local, em pequenos empreendimentos sustentáveis locais que já existem, mas que carecem de um impulso? Quantos postos de trabalho e oportunidades poderiam ser gerados com o impulso ao desenvolvimento do turismo que já existe? Há clareza que, na verdade, a ZPE é um mote para aproveitadores e concentradores de recursos financeiros subsidiados pelo Estado. Mais uma vez o Estado tem de bancar tudo e entregar de “mão beijada” para as grandes empresas. Elas somente virão se puderem usufruir de benesses fiscais ou financiamentos a longo prazo. Então nada aqui irá mudar, nem recursos ficarão no município, uma vez que haverá isenção de impostos (Professor da Educação Básica municipal e participante de movimento ambientalista, 2017).

A explanação revela a existência de outras formas de reprodução social com sustentabilidade baseada no turismo (ecoturismo, turismo rural, agricultura familiar). Diversas atividades existentes poderiam ser fortalecidas. Questiona-se ainda a quem realmente será destinado o benefício da ZPE; se será um desenvolvimento social para todos ou se contribuirá à maior concentração de renda por parte de uma pequena classe social. Também se crê que a ZPE pouco atenderá à demanda por emprego dos trabalhadores locais, sobretudo por causa da insuficiente disponibilidade de mão de obra

qualificada. Dessa maneira, acredita-se que haverá “importação” de trabalhadores de outras regiões do país, urbanização precarizada, valorização imobiliária e pressão sobre a deficiente infraestrutura urbana.

Com o intuito de fomentar o processo industrial local e regional visando à exportação, a implantação da ZPE necessita de um estudo acerca de sua eficiência (viabilidade) para poder contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do município e região. Quando se pensa em desenvolvimento industrial e suas implicações para a vida dos agentes locais, faz-se necessário discutirmos antes qual o verdadeiro significado do termo “desenvolvimento”, pois, em diferentes épocas, esse conceito teve inúmeras interpretações. Além disso, o processo de desenvolvimento socioeconômico precisa considerar as questões socioambientais locais, sem as quais torna-se insustentável e degradador.

Membro da sociedade local, ativista ambiental e formada em Ecologia, põe em dúvida a real necessidade de implantação da ZPE e expõe que esse projeto serve mais como discurso político para poucos do que uma ação que vise melhorar a vida dos municípios:

Eu percebo que tem muito a ver com discurso para uma população que necessita de políticas públicas, que é empobrecida, que necessita de melhorias, que precisa de intervenção governamental, de ações do Estado. Deveríamos ter investimentos para apoiar uma população que é muito carente na região. Mas que ao invés disso nós percebemos também como um golpe, um retorno do estado mínimo ou onde o Estado intervém muito menos para apoiar políticas sociais para a maioria da população e investe em ações que serão destinadas a maior acumulação de capital a uns poucos. Mas, se a maioria ainda necessita dessas políticas sociais, por que somente são apoiados os grandes empreendimentos? Em contrapartida, somos poucos que percebemos que os políticos chegam, fazem discursos ilusórios e fictícios de desenvolvimento para a população, geram expectativas de empregos que não se cumprem. Se querem investir, por que não no turismo, por que não na melhoria das condições de vida das populações locais, por que não em empreendimentos que melhorem a renda de pequenas empresas do turismo e outras que hoje já empregam, por que não investir em melhorias à agricultura familiar regional que é amplamente presente? (Ambientalista e ecologista local, 2016).

Para o servidor da Marinha Brasileira, ocupante do posto de tenente-coronel, é importante pensar nos possíveis impactos que poderão ser gerados, caso se utilize a hidrovia para escoamento. Para ele, os problemas são de ordem ambiental, social e econômica. Ele salienta que:

É importante mencionar também que a ZPE pode trazer um número grande de caminhões transportando mercadorias. Então existe no entorno desta ZPE uma

preocupação social. A primeira vertente deste volume de pessoas vindo ao município é que tem que ter um trabalho paralelo de ocupação dessas pessoas, porque a gente sabe que vem o desenvolvimento e o desenvolvimento traz aglomeração, problemas e violência, traz a prostituição e às vezes o município não se prepara, não tem suporte. Existe a implementação do mercado e ao entorno são criadas áreas de favelas, áreas precárias. É criado um mercado ocioso, de prostituição, de mercado de drogas, um mercado de desemprego e exploração. Também tem a questão do rio, que pode ser degradado e retirar sustento de muita gente que hoje vive dele. Pode também, por ser área de fronteira com a Bolívia, estimular e intensificar problemas de tráfico internacional, contrabando e aumento da violência e criminalidade (Membro da Marinha do Brasil, 2017).

Para o representante dos pescadores profissionais, a implantação da ZPE, caso utilize a HPP, poderá gerar impactos ao rio Paraguai e seus afluentes. Ele afirma que a pesca vem sendo prejudicada com o assoreamento dos rios em virtude das atividades da pecuária que proporcionou grande desmatamento, destruiu nascentes e compactou os solos. Denuncia ainda que o aumento no fluxo de barcaças para a hidrovia poderá acelerar esse processo:

Temos preocupação por causa da navegação intensa, pois hoje os rios já estão assoreando pelo desmatamento. São três afluentes que temos aqui com o rio Paraguai e esses afluentes são todos diferentes. Estão baixando as águas cada ano que passa. Esses rios estão assoreados, e o pescador está mais difícil! Os pescadores reclamam disso entra ano e sai ano, imagina na hora que começar as obras, como é previsto... o fluxo dessas barcaças e as dragagens necessárias no rio para transporte e transbordo dessas mercadorias que serão processadas pela ZPE, da carne, da soja e seus produtos no rio Paraguai. (Membro da Colônia de Pescadores, 2016).

Um ex-morador da área de implantação da ZPE, realocado para área destinada a abrigar os desalojados, expõe:

Tenho 31 anos, sou pedreiro. Eu era morador da área onde estão instalando a ZPE. E lá beneficiava muita gente, eu trabalhava, plantava, produzia meus alimentos, e aqui onde nos colocaram já não está tendo esse benefício que a gente tinha lá. Eu penso assim: se ela veio trazer benefício, para nós é que não foi, para nós não é bom. Além disso o povo até o momento somente está na conversa. Dizem que tem benefício, mas até hoje não tem nada! Lá era melhor de viver porque tinha fartura de alimento e aqui já não tem, o terreno que nos colocaram é pequeno e quase todo ocupado pela casa. Onde eu estava tinha como plantar, criar meus animais, e aqui já não tem como. Preciso trabalhar para fora, mas somente de vez em quando aparece um servicinho (Ex-morador da área de instalação da ZPE, 2016).

A partir das diversas entrevistas, deduz-se que aqueles atores favoráveis à ZPE defendem que o distrito industrial poderá aproveitar a agricultura e a pecuária regional para

desenvolver a agroindústria. Eles veem na industrialização o caminho para a modernização e crescimento econômico sem considerar sua face concentradora de renda.

A defesa se apoia em crença, visto que as plantas agroindustriais não foram implantadas, a racionalidade desses atores ressalta somente as atividades da agricultura e pecuária de larga escala, negligenciando as possibilidades da agricultura familiar, cooperativas, associações de produtores, ao que parece, excluídas do projeto. A raiz tecnoindustrial da racionalidade, por fim, denota pouco apreço com a conservação do Pantanal e das tradições pantaneiras.

Das vozes dissonantes em relação ao projeto ZPE, há uma preocupação socioambiental evidente com a população pantaneira, seu modo de vida, fauna e flora local, bem como, com a renda de milhares de famílias locais. A racionalidade tecnoeco(lógica) explicita seu claro ceticismo a respeito da construção e funcionamento da ZPE e principalmente com a HPP, visto que o discurso da racionalidade tecnoindustrial tem se ajustado a interesses de variados grupos políticos locais preocupados apenas em ascender ou permanecer no poder, com mínimas preocupações socioambientais.

As discussões a respeito da implantação de uma ZPE no município de Cáceres vêm de longa data. É legítimo que os governantes busquem alternativas ao desenvolvimento socioeconômico, mas as distintas vozes mostram que nem sempre o caminho proposto está em sintonia com a vontade popular local, pois, em vez de implantar indústrias em um bioma frágil, seria possível fortalecer os serviços, a atividade turística existente, a agricultura familiar local e regional, os pequenos empreendimentos e aumentar a geração de emprego e renda, conforme defendem 15 dos 22 entrevistados.

O projeto ZPE, que agora tem suas obras em andamento em relação à infraestrutura básica, apresenta-se, por parte de seus defensores, como um caminho para que se alcance o desenvolvimento local a partir do velho modelo industrial. Ao observar o discurso da classe hegemônica constituída por políticos e empresários, verifica-se a geração de empregos e renda e a produção industrial como indutores da expansão de divisas na economia local e regional. No entanto, de acordo com a racionalidade tecnoindustrial, expressa na extraterritorialidade da concepção industrial da ZPE, não são as empresas que se adaptam ao entorno, mas o entorno e a população local que deve adaptar-se às forças corporativas do agronegócio e da agroindustrialização.

A racionalidade tecnoeco(lógica), todavia, associa-se à noção de lugar como espaço de pertencimento simbólico, ecológico-cultural de comunidades tradicionais e população local. A identidade da população de Cáceres é historicamente construída em torno do bioma e do rio Paraguai, por isso, observa-se nas falas uma preocupação socioambiental em relevo.

A assimetria de interesses em torno da ZPE se insere já em um espaço geográfico em transformação, visto que a expansão do cultivo de soja na região sudoeste mato-grossense é uma realidade crescente. A produção é vista como um recurso de poder para aqueles que idealizam a ZPE como instrumento de promoção industrial.

Além do cultivo da oleaginosa, a pecuária é outra atividade que, segundo defensores da ZPE, pode contribuir muito ao fornecimento da carne e couro como matéria-prima. É sabido que o município possui um dos maiores efetivos de bovinos do país. Assim, se a produção de grãos e carne estabelecer uma cadeia com agregação de valor, supõe-se haver desenvolvimento de emprego e renda local e regional. Contudo, a alta automação industrial pode não favorecer a empregabilidade.

O agronegócio de grãos vem se desenvolvendo na região. Há a necessidade de matéria-prima indispensável à manufatura, o que pode contribuir para o avanço em áreas de plantio e da modernização da bovinocultura sobre o bioma pantaneiro e de Cerrado e provocar impactos sobre os recursos naturais disponíveis, sobretudo para a população local ligada diretamente ao rio Paraguai e ao extrativismo como alternativa de reprodução social.

O turismo é outra atividade que poderá ser impactada negativamente com a implantação da ZPE. Apesar da problemática ambiental que o turismo promove, o setor é importante gerador de empregos e tem como atração as belezas naturais como o rio Paraguai e o bioma pantaneiro que são atrações cênicas mundiais.

A conclusão do projeto da ZPE e sua conexão funcional com a hidrovia do Paraguai-Paraná através da Unidade Portuária Barranco Vermelho é cercada de polêmica. Dentre outros momentos, em fevereiro de 2022, mais de 160 entidades se manifestaram assinando carta denúncia em contrário à recente aprovação pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) da licença prévia de funcionamento, gerando uma intensa mobilização social contrária na cidade de Cáceres e na capital do Estado, Cuiabá, em protestos e mobilizações em defesa do Pantanal e do rio Paraguai (G1, 2022).

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente sinalizou que apenas licenciou o porto, e que a responsabilidade sobre a hidrovia é da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), do IBAMA e da Marinha do Brasil, expondo que o terminal portuário seria apenas um local de armazenagem (MATO GROSSO, 2022). Entretanto, é possível notar que o movimento das peças do ordenamento político-jurídico-econômico está em movimento a favor do capital, em detrimento da população pantaneira e do bioma, restando apenas o licenciamento da HPP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das diferentes racionalidades em torno do projeto da ZPE revelou as tensões entre vetores de acumulação de capital: 1) o vetor technoindustrial sem maiores preocupações socioambientais; 2) e o vetor tecnoeco(lógico) que valoriza alternativas ambientalmente sustentáveis de reprodução social. Assim posto, observou-se que não há consenso na comunidade local sobre a questão da implantação e desenvolvimento do empreendimento, muito embora o processo esteja em curso; concomitantemente, é possível notar que o Estado, representado por entes diversos (União, Governo do Mato Grosso e Prefeitura local), de modo centralista e autoritário, favorece os protagonistas locais / globais do capital no desenvolvimento de estratégias industriais e comerciais para ampliar seus negócios utilizando a ZPE e HPP, e aplicando recursos financeiros de grande monta em detrimento de outros setores (agricultura familiar, turismo, pequenas agroindústrias), de modo a articular Cáceres aos requisitos da economia internacional.

Em linhas gerais, as comunidades a serem afetadas não têm sido ouvidas em seus interesses, e não há estratégias de melhorias sociais para elas, não obstante a promessa de empregos. Há, ainda, uma incógnita quanto ao tipo de empresas a serem instaladas, embora seja possível observar nos discursos que elas serão interligadas às cadeias de grãos, carne, madeira e algodão.

No tocante ao turismo, pequeno empresariado, empreendimentos e agricultura familiar, que abrigam grande contingente da população produtiva cacerense e regional, a incerteza predomina. As melhorias na infraestrutura urbana são ainda promessas. A articulação ZPE e HPP exige um plano estratégico socioambiental em face do potencial de impacto sobre os recursos naturais e população tradicional pantaneira.

A exemplo da política territorial dos polos de desenvolvimento de François Perroux aplicada ao Brasil, a partir de 1970, a experiência da ZPE tende a ser completamente estranha aos locais e às regiões hospedeiras. A territorialidade exigida pela ZPE traduz um jogo político entre interesses de corporações internacionais, oligarquia agrária mato-grossense e diversos atores que constituem uma rede política orientada à defesa da racionalidade tecnoindustrial ligada ao mundo neoliberal. No entanto, as *r-existências* ao projeto da ZPE anunciam alternativas socioprodutivas que fortaleçam comunidades locais em um cenário de sustentabilidade ambiental.

Quando se pensa na ZPE de Cáceres, a rede política territorial em gestação denota certa perda de poder de barganha da oligarquia agrária em relação aos requisitos exigidos pelas corporações. Assim, há um risco de captura da estrutura política local-regional por uma estrutura jurídica e econômica estranha às comunidades locais e à própria rede política constituída pela oligarquia regional do agronegócio, assim como se anuncia o perigo de desarticulação de configurações socioprodutivas preexistentes.

A cessão de parcelas do território estadual-municipal nas negociações com as corporações transnacionais é outra problemática silenciada pelo discurso do desenvolvimento econômico decorrente da ZPE. Não se sabe se os efeitos a montante e a jusante serão restritos aos insumos agropecuários, emprego e infraestrutura urbana. A simples falácia da empregabilidade não justifica a crença na solução dos problemas regionais. Enfim, o mito de que a ZPE, juntamente com a HPP, serve de modelo para a redenção regional da questão de emprego, renda e desenvolvimento socioeconômico não procede, em especial numa região onde a desigualdade social é alta.

A reestruturação produtiva traduzida na forma da ZPE poderá resultar em impactos na centralização urbana, nos sistemas ecológico-culturais e na falácia do desenvolvimento econômico como panaceia para a geração de emprego e distribuição justa da renda produzida. A ZPE é, de fato, a configuração de uma lógica espacial singular das corporações nos territórios constituídos que demanda competição por parques recursos públicos na instrumentação logística da área industrial requerida, bem como pode sobrepor sua lógica na produção e movimentação de mercadorias via HPP em detrimento de outras relações socioambientais já existentes.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO – ABRAZPE. **Conceitos e Objetivos**. 2016. Disponível em: <<http://www.abrazpe.org.br>>. Acesso em: 04 out. 2017.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **Congresso Nacional de Educação**. 2011. p. 329-341. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3193>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

BRALO, Fernando Lucas. **Luta salarial no Ceará: conflitos trabalhistas na construção da Companhia Siderúrgica do Pecém (2012-2016)**. 2019. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Ceará. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41142/3/2019_dis_flbralo.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, abr. 2010. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222010000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. Decreto nº 2.452, de 29 de julho de 1988. Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportações e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2452.htm>. Acesso em: 23 abr. 2017.

BRASIL. Decreto nº 99.043, de 06 de março de 1990. Cria Zona de Processamento de Exportação de Cáceres, no Estado de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99043.htm>. Acesso em: 23 abr. 2017.

BRASIL. Lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO. 2017. Disponível em: <www.iomat.mt.gov.br>. Acesso em: 15 mai. 2017.

IAQUINTO, Kalinka. A reinvenção da ZPE. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 66, n. 6, p. 52-57, 2012. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: 12 mai. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/caceres/panorama>>. Acesso em: 16 mai. 2019.

LIMA, T. E. **Mapa de localização do município de Cáceres: cidade e ZPE**. Laboratório de Pesquisa e Estudo em Geomorfologia Fluvial. UNEMAT. Cáceres. 2021.

LINS, Hoyêdo Nunes; AMORIM, Rosemar. Zonas de Processamento de Exportação: problemática geral e a experiência de Imbituba (SC). **Perspectiva Econômica**, v. 12, n. 2, p. 72-89, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/pe.2016.122.05>. Acesso em: 21 set. 2019.

MAIS de 160 entidades assinam carta denúncia contra construção de porto no Rio Paraguai em MT. **G1 Mato Grosso** [on line], 11 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://www.g1.globo.com/mt/matogrosso/noticia/2022/02/11>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2022.

MATO GROSSO. **Estudo de Impacto Ambiental da ZPE de Cáceres, Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração. Cuiabá, 1993.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA. **Conselho de Meio Ambiente aprova licença prévia da unidade portuária de Cáceres**. 26 de janeiro de 2022. Disponível em: <<http://www.sema.mt.gov.br/site/index.php/sema/noticias/5730>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

OLIVEIRA, Aparecida Antônia. Análise dos impactos das políticas de desenvolvimento regional na Bacia do Alto Paraguai. **Ensaios e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, v. 6, n. 3, p. 13-37, 2002. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/260/26060303.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT. **Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB**. Disponível em: <https://www.caceres.mt.gov.br/fotos_noticias_downloads/57.pdf> Acesso em: 05 abr. de 2017.

RODRIGUES, Maria Mirtilene; GOUVEIA, Carlos Alberto Aguiar; BEZERRA, Francisco José Araújo. A importância das zonas econômicas para o desenvolvimento econômico e correção de desequilíbrios regionais. **Revista Negócios Internacionais**. UNIFOR, 2006.

RYAN, Peter; **The Place of Free Zones in National Export Strategy**. Executive Forum on National Export Strategies, 2002.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Zona de processamento de exportações e gestão do território. **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Ano VII, N 2, set. 1993, p. 89-101.

SILVA, Carolina Joana da. **No ritmo das águas do Pantanal**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995. p. 210. Disponível em: <<https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/ritmoagua.pdf> >. Acesso em: 10 abr. de 2017.

TELES, Glauciana Alves. Mobilidade, Trabalho e interações socioespaciais: O Complexo Industrial e Portuário de Pecém- CIPP no contexto da região metropolitana de Fortaleza. **Revista GeoUECE**, v. 4, n. 7, p. 204-205, 2015.

Recebido em Outubro de 2022

Aceito em fevereiro de 2023